



AMAZUL

PROCESSO Nº 61985.000069/2014-03

CONTRATO Nº 005/2014



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2013 QUE ENTRE SI CELEBRAM A AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A. – AMAZUL E A EMPRESA PARTNERSHIP AUDITORES INDEPENDENTE S/S.

A **AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA SA – AMAZUL**, empresa pública federal, criada e instituída nos termos da Lei nº 12.706, de 08.08.2012 e do Decreto nº 7.898, de 01.02.2013, com sede na Av. Nove de Julho, 4.597 - Jardim Paulista - São Paulo – SP CEP 01.407-100, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.910.028/0001-21, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, Vice-Almirante (RM1) NEY ZANELLA DOS SANTOS, Identidade 257.859 MB, CPF 270.089.167-87, e pelo Diretor de Administração e Finanças, Contra-Almirante (IM) AGOSTINHO SANTOS DO COUTO, Identidade 335.026, CPF 551.688.417-91, localizada na Av. Nove de Julho, 4597, Jardim Paulista, CEP 01407-100, São Paulo-SP, doravante denominada *CONTRATANTE*, e a empresa **PARTNERSHIP AUDITORES INDEPENDENTES S/S**, inscrita no CNPJ nº 07.022.386/0001-81, neste ato representada pelos seus sócios **JULIO LUIZ BAFFINI**, RG nº 12.215.502 SSP/SP e CPF nº 040.034.228-64, e **CESAR ROBERTO RAMOS JUNIOR** RG nº 18.603.048-4 e CPF nº 163.444.348-99, com sede na Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 101 – 13º andar, CEP 04004-030, São Paulo-SP, doravante denominada *CONTRATADA*, tendo em vista o que consta no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº IL/002/2014, com fundamento no disposto no artigo 25, Inciso II da Lei nº 8.666/1993, e demais legislação correlata, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

1.1. A minuta do presente Termo Aditivo foi aprovada pela Assessoria Jurídica da AMAZUL, conforme Parecer nº 05/2014/MC/AMZ, nos termos do parágrafo único, artigo 38 da Lei nº 8.666/93.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA COMPETÊNCIA

2.1. De acordo com o art. 33, X, do Estatuto Social da CONTRATANTE, o Diretor-

Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL  
Av. Nove de Julho, 4597 – Jardim Paulista – Tel.: (11) 3031-9135 - CEP 01407-100 – São Paulo / SP - Brasil



Presidente, em conjunto com outro membro da Diretoria Executiva, tem competência para assinar este Termo Aditivo em nome da AMAZUL.

2.2. De acordo com a Alteração Contratual apresentada pela *CONTRATADA* os sócios JULIO LUIZ BAFFINI, RG nº 12.215.502 SSP/SP e CPF nº 040.034.228-64, e CESAR ROBERTO RAMOS JUNIOR RG nº 18.603.048-4 e CPF nº 163.444.348-99, têm competência para assinar este acordo em nome da *CONTRATADA*.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO**

3.1. O contrato tem como objeto a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis de 2013, visando atender às necessidades Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA – AMAZUL, conforme escopo e especificações estabelecidas neste contrato e na Proposta S/N, datada de 10 de março de 2014, elaborada pela *CONTRATADA*, esta última integrando o presente contrato, independentemente de transcrição.

3.2. Em caso de divergência entre a proposta comercial e o presente contrato, prevalecem as disposições do contrato.

3.2.1. Constitui escopo do contrato, nos termos da proposta da *CONTRATADA*:

- a. Folha de pagamentos – Recursos humanos;
- b. Inventário físico dos funcionários (Base de teste);
- c. Arrecadação - Receita orçamentária;
- d. Investimento em ativos fixos; e
- e. Despesas operacionais.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

4.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

### **5. CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

5.1. Os serviços serão executados nas dependências da *CONTRATADA*, após entrevista e coleta de informações e do material necessário à auditoria.

5.1.1. A *CONTRATADA* deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A *CONTRATADA* obriga-se a:



- 6.1.1.** executar os serviços conforme especificações de sua proposta e detalhamento do contrato, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 6.1.2.** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de **15 dias**, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- 6.1.3.** arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à AMAZUL ou a terceiros;
- 6.1.4.** ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado para a Administração, nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;
- f. quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;
- 6.1.5.** utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 6.1.6.** vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na entidade contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;
- 6.1.7.** apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 6.1.8.** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 6.1.9.** instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 6.1.10.** relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 6.1.11.** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.1.12.** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações



assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

**6.1.13.** não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

**6.1.14.** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO**

**7.1.** Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita na proposta e no presente contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1.** A CONTRATANTE obriga-se a:

**8.1.1.** proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e da Proposta;

**8.1.2.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**8.1.3.** exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**8.1.4.** notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**8.1.5.** pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

**8.1.6.** zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

## **9. CLÁUSULA NONA - DO VALOR DO CONTRATO**

**9.1.** O valor total do contrato corresponde a de R\$ 46.560,00 (quarenta e seis mil, quinhentos e sessenta reais), referentes a 232 (duzentas e trinta e duas) horas de trabalho.



**9.1.1.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

## **10. CLÁUSULA DEZ - DA GARANTIA**

**10.1.** Fica dispensada a Garantia de Fiel Execução contratual nos termos do artigo 56, caput, da Lei nº. 8.666/1993.

## **11. CLÁUSULA ONZE - DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

**11.1.** O prazo de execução inicia-se na data da assinatura do presente Contrato, e encerra-se em 10/04/2014, correspondendo a 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666 de 1993.

**11.2.** O prazo de vigência inicia-se na data de assinatura do presente Contrato, englobando o prazo de execução (entrega do objeto), o período para recebimento definitivo, em no máximo 40 (quarenta) dias, e o de pagamento, correspondendo a 90 (noventa) dias corridos, encerrando-se em 09/06/2014.

## **12. CLÁUSULA DOZE - DO PAGAMENTO**

**12.1.** O prazo para pagamento será de até **20 (vinte) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

**12.1.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.2.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, que conterà o detalhamento dos serviços executados.

**12.2.1.** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente prestados.

**12.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.



**12.4.** Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

**12.4.1.** não produziu os resultados acordados;

**12.4.2.** deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**12.4.3.** deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

**12.5.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta “on line” ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**12.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**12.6.1.** Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

**12.6.2.** Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

**12.6.3.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**12.7.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**12.8.** Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**12.9.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**12.10.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o

pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

### **13. CLÁUSULA CATORZE - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 52233 / 10300

Fonte: FR 100

Programa de Trabalho: 211D - Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares

Elemento de Despesa: 3390.39

PI: U286MNA01AC

### **14. CLÁUSULA QUINZE - DA FISCALIZAÇÃO**

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

14.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.2. Além das disposições previstas nesta cláusula, a fiscalização contratual dos serviços deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia





da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.

**14.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos na proposta e especificações do objeto contratual.

**14.4.** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

**14.4.1.** os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

**14.4.2.** os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

**14.4.3.** a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

**14.4.4.** a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

**14.4.5.** o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

**14.4.6.** a satisfação do público usuário.

**14.5.** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.6.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**14.7.** O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.8.** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.



**14.9.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS ALTERAÇÕES**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**15.1.1.** A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

**15.1.2.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

## **16. CLÁUSULA DEZESSETE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA, após regular processo administrativo, à penalidade de:

**a.** Multa moratória de até 0,04% (quatro centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 dias.

**16.1.1.** A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

**16.2.** A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação;

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a AMAZUL pelo prazo de até dois anos;

**d.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida



sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

**16.2.1.** A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a as penalidades acima estabelecidas.

**16.2.2.** A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

**16.3.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente deste afastamento de licitação:

**16.3.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**16.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**16.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**16.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**16.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**16.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da AMAZUL, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

**16.6.1.** Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de até 15 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**16.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**16.8.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **17. CLÁUSULA DEZOITO - MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**17.1.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como

forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.



## **18. CLÁUSULA DEZENOVE - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**18.1.** São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

- I.** o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II.** o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III.** a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- IV.** o atraso injustificado no início do serviço;
- V.** a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI.** a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- VII.** o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII.** o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- IX.** a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- X.** a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
- XI.** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- XII.** razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- XIII.** a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- XIV.** a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo,



independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

**XV.** o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

**XVI.** a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

**XVII.** a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

**XVIII.** o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**18.2.** Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**18.3.** A rescisão deste Contrato poderá ser:

**18.3.1.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

**18.3.2.** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

**18.3.3.** judicial, nos termos da legislação.

**18.4.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**18.5.** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

**18.5.1.** devolução da garantia;

**18.5.2.** pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

**18.6.** A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e



indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

**18.7.** O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

**18.7.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**18.7.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**18.7.3.** Indenizações e multas.

## **19. CLÁUSULA VINTE - DOS CASOS OMISSOS**

**19.1.** Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

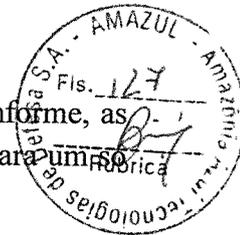
## **20. CLÁUSULA VINTE E UM - DA PUBLICAÇÃO**

**20.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

## **21. CLÁUSULA VINTE E DOIS - DO FORO**

**21.1.** Fica eleito o foro da Seção Judiciária de São Paulo - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.



São Paulo, SP, em 12 de março de 2014.

  
**NEY ZANELLA DOS SANTOS**  
Diretor Presidente  
Representante da **CONTRATANTE**

  
**AGOSTINHO SANTOS DO COUTO**  
Diretor de Administração e Finanças  
Representante da **CONTRATANTE**

  
**JULIO LUIZ BAFFINI**  
Representante da **CONTRATADA**

  
**CESAR ROBERTO RAMOS JUNIOR**  
Representante da **CONTRATADA**

  
Testemunha  
CPF 790.208.607-04

  
Testemunha  
CPF: 173.994.518-89.

**ESPECIAL  
PESSOAL**



AMAZUL



AM/KA/20  
023.11

**AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A.**

Nº 23

São Paulo, SP.  
Em 19 de março de 2014.

Do: Diretor-Presidente  
Ao: Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração (CONSAD)

Assunto: Autorização e homologação de auditores independentes

Referências: a) Estatuto Social da AMAZUL; e  
b) Regimento Interno do CONSAD.

Anexo: Proposta de Deliberação nº 2/2014.

1. Participo a V. Exa. que o Estatuto Social da AMAZUL, em seu Art. 27, inciso X, e o Regimento Interno do CONSAD, Art. 6º, inciso XIII estabelecem que cabe ao CONSAD a autorização e a homologação da contratação de auditores independentes.

2. A AMAZUL foi ativada sem contar, ainda, com o quadro de empregados administrativos necessário para a plena execução de suas atividades. Para tal, está em andamento o processo seletivo simplificado para admissão de empregados temporários destinados à ativação da empresa.

3. Em função dessas peculiaridades, não houve tempo hábil para preparar e submeter o processo de contratação de auditoria independente antes da última reunião do CONSAD, realizada em 21 de fevereiro deste ano, sendo que a próxima reunião desse Conselho prevê a aprovação das demonstrações contábeis de 2013, já acompanhadas de parecer dos auditores independentes.

4. Tendo em vista a exiguidade do tempo para análise e apresentação das demonstrações contábeis à Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi contratada, por inexigibilidade de licitação, respaldada por parecer da Assessoria Jurídica da AMAZUL, a Partnership Auditores Independentes S/S, de reconhecida capacidade técnica, para emissão de relatórios de auditoria, contemplando o exame do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013 e das correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, incluindo as respectivas notas explicativas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

**ESPECIAL  
PESSOAL**

**ESPECIAL  
PESSOAL**

Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

(Continuação do Of nº 23/2014, do Diretor-Presidente ao Presidente do CONSAD.....)



5. Dessa forma, solicito a V. Exa. que aprove, em caráter excepcional e “*ad referendum*” do CONSAD, por meio do documento em anexo, a contratação citada no item anterior, cujo prazo de execução vai até o próximo dia 28/03. Participo que o calendário de licitações desta empresa para 2014 prevê a realização de um pregão para a contratação de auditoria independente para as demonstrações contábeis deste ano, o que permitirá que seja seguido o devido processo estatutário para aquele exercício.

  
**NEY ZANELLA DOS SANTOS**  
Vice-Almirante (RM1)  
Diretor-Presidente  
**ASSINADO DIGITALMENTE**

Cópias:

AMAZUL-21 s/anexo

AMAZUL-22 s/anexo

Arquivo c/anexo

**ESPECIAL  
PESSOAL**



EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratada: Empresa PARTNERSHIP AUDITORES INDEPENDENTES S/S, CNPJ Nº 07.022.386/0001-81. Objeto: Prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis de 2013...

Contratada: Empresa PARTNERSHIP AUDITORES INDEPENDENTES S/S, CNPJ Nº 07.022.386/0001-81. Objeto: Prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis de 2013...

COMANDO DO EXÉRCITO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2014 - UASG 160093

Nº Processo: 10/2014 - Objeto: Prestação de serviços nas especialidades de radiologia e diagnóstico por imagem. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993...

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA 12ª REGIÃO MILITAR

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2014 - UASG 160020

Nº Processo: 64581001843201426. Objeto: Manutenção corretiva de equipamentos médico-hospitalares, em caráter emergencial, junto à empresa SAÚDE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA PARA SAÚDE...

(SIDE - 16/04/2014) 160020-00001-2014NE800038

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2014 - UASG 167350

Nº Processo: 64012.065157/2014. Objeto: Aquisição de passagem aérea para militar realizar curso de caráter urgente de habilitação de condutores. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993...

(SIDE - 16/04/2014) 167350-00001-2014NE800001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2014 UASG 160012

Número do Contrato: 5/2012. Nº Processo: 64207001699201314. PREGÃO SISPP Nº 3/2012. Contratante: CENTRO DE INSTRUCÃO DE GUERRA NA SELVA - CNPI Contratado: 10181964000137. Contratado: OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA-LIMITADA - ME. Objeto: Prorrogação de prazo do Termo de Contrato Nº 05/2012 - Contratação de empresa especializada para reserva, emissão, marcação/remarcação e fornecimento de bilhetes de passagens aéreas nacionais. Fundamento Legal: Art. 57, Inc II, da Lei 8.666/93. Vigência: 27/03/2014 a 26/03/2015. Valor Total: R\$23.325,00. Fonte: 100000000 - 2014NE800016. Data de Assinatura: 27/03/2014.

(SICON - 16/04/2014) 160012-00001-2014NE800008

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2014 UASG 160019

Número do Contrato: 1/2010. Nº Processo: 21 2009. INEXIGIBILIDADE Nº 4/2009. Contratante: HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA/CNPJ Contratado: 09168704000142. Contratado: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC. Objeto: INEXIGIBILIDADE 042009 Contratante: HOSPITAL DE GUARNICAO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/estancicaohd.html pelo código 00032014041700280

DE TABATINGA CNPJ Contratado: 09168704000142 Contratado: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC. Objeto: retificação de publicação do termo aditivo 04/2014(vigência)fundoamento legal: parágrafo único do artigo 61 da Lei 8666/93.parágrafo único do artigo 65 da Lei 8666/93. Retificação: onde lê-se 01/02/2014 a 31/12/2014, leia-se 04/01/2014 a 04/01/2015; e data de assinatura onde lê-se 03/01/2014, leia-se 30/12/2013. Fundamento Legal: Art. 61, parágrafo único da Lei 8666/93. Vigência: 04/01/2014 a 04/01/2015. Data de Assinatura: 30/12/2013.

(SICON - 16/04/2014) 160019-00001-2014NE800011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 7/2014 UASG 160020

Número do Contrato: 20/2010. Nº Processo: 64581001741201419. INEXIGIBILIDADE Nº 20/2010. Contratante: HOSPITAL MILITAR DE AREA DE MANAUS/CNPJ Contratado: 84447796000115. Contratado: PRODIMAGEM- CLINICA DE PRODUCAO -POR IMAGEM DE MANAUS LT. Objeto: Renovação da contratação de serviços médicos-hospitalares e exames especializados (especialidades: Raio X, Tomografia, Ultra som, entre outras). CONTRATADA: CLINICA DE PRODUCAO POR IMAGEM DE MANAUS LTDA/PRODIMAGEM. Fundamento Legal: Inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93: no artigo 103 das IG 12-02 e nos Parágrafos 1º e 3º da Cláusula 8ª do TC 020/2010. Vigência: 13/03/2014 a 12/03/2015. Data de Assinatura: 13/03/2014.

(SICON - 16/04/2014)

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2014 - UASG 160015

Nº Processo: 64282002131201407. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), visando atender às necessidades do Comando do 2º Grupoamento de Engenharia Cmudo 2º Gpt E Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 17/04/2014 de 10h30 às 13h00 e de 14h às 17h59. Endereço: Av. Coronel Teixeira, 5513 - Ponta Negra MANAUS - AM. Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2014 às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/05/2014 às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br.

RAMUNDO ALBUQUERQUE PINHEIRO Ordenador de Despesas

(SIDE - 16/04/2014) 160015-00001-2013NE800573

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2014 - UASG 160348

Nº Processo: 12/2014. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição De Peças Para Manutenção De Equipamento Tipo Fressadora E Aditivo Adiflex. Total de Itens Licitados: 00051. Edital: 17/04/2014 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Av. Rogerio Weber 01 - Bairro Militar PORTO VELHO - RO. Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/05/2014 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

(SIDE - 16/04/2014) 160348-00001-2014NE800158

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2014 - UASG 160348

Nº Processo: 222014. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Filtrros Total de Itens Licitados: 01018. Edital: 17/04/2014 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Av. Rogerio Weber 01 - Bairro Militar PORTO VELHO - RO. Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/05/2014 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARCO ANTONIO SIQUEIRA DE OLIVEIRA Ordenador de Despesas

(SIDE - 16/04/2014) 160348-00001-2014NE800158

RESULTADOS DE JULGAMENTOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2014

O H Gu T toma público o resultado do PE SRP 03-2014. Vencedores: TECNOR IND. COMEQUIP. MED.CNPJ 08.151.633/0001-02, no item 2: Valor de R\$35.600,00; OUTSET COM.IMPEQUIP. LABOR. CNPJ 10.806.205/0001-12, no item 1: Valor de R\$ 4.000,00; JOVIC COM. E SERV.LTDA.CNPJ 15.464.751/0001-36, no item 3: Valor de R\$ 22.100,16; SIEMENS LTDA.CNPJ 44.013.159/0065-80, no item 5: Valor de R\$230.000,00; PHILIPS MEDICAL SYSTEMA LTDA CNPJ58.295.213/0018-16, no item 4: Valor de R\$89.990,00; Validade da ata 12 (doze) meses.

(SIDE - 16/04/2014) 160019-00001-2014NE800011

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2014

O H Gu T toma público o resultado do PE SRP 03-2014. Vencedores: MAURIANE DOS SANTOS MORABES CNPJ 18.099.540/0001-00, no item 3: Valor de R\$5.097,75; ELINCH RISTIAN DA SILVA RODRIGUES ME CNPJ 18.929.296/0001-66, no item 1 e 2: Valor de R\$ 14.522,00. Validade da ata 12 (doze) meses.

Ten Cel JOSÉ PIRES DE CARVALHO SOBRINHO SEGUNDO Ordenador de Despesas

(SIDE - 16/04/2014) 160019-00001-2014NE800011

PREGÃO Nº 23/2013

Pregão Nº 23/2013. Foi apregado, pelo Pregoeiro, 1º Ten Sauron Stiefen da Silva e Silva, para a empresa: 6.912.819/0001-65 - SETE POINT INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS TECNICOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-ME - Total do Fornecedor: R\$ 32.630,00. Valor Global da Ata: R\$ 32.630,00.

REGINALDO VIEIRA DE ABREU Ordenador de Despesas

(SIDE - 16/04/2014) 160346-00001-2014NE800035

COMANDO MILITAR DO LESTE 1ª REGIÃO MILITAR

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2014 - UASG 160252

Nº Processo: 64152005026201346. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preço para eventual aquisição de material hidráulico. Total de Itens Licitados: 00251. Edital: 17/04/2014 de 09h30 às 11h30 e de 13h às 16h30. Endereço: Praça Ruan 35 Santa Cruz - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2014 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/05/2014 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

RAFAEL LUIZ DA COSTA MENDES Pregoeiro

(SIDE - 16/04/2014) 160252-00001-2014NE800010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2014 - UASG 160277

Nº Processo: 64562005511201449. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual aquisição de material de Informática para o 31º Grupo de Artilharia de Campanha e Unidades pertencentes à 9ª Brigada de Infantaria Motorizada/ Grupoamento de Unidades Escola Total de Itens Licitados: 00123. Edital: 17/04/2014 de 10h00 às 11h00 e de 15h às 16h00. Endereço: Av. Sao Sebastiao S/n - Deodoro RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2014 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/05/2014 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Registro de preços de materiais de informática, por meio do Sistema de Registro de Preços.

PEDRO DE BARROS MONTANHA Chefe da Sale

(SIDE - 16/04/2014) 160277-00001-2013NE800070

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2014 - UASG 160317

Nº Processo: 64502000275201489. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços de peças para viaturas do 1º Batalhão DOBRN. Total de Itens Licitados: 00260. Edital: 17/04/2014 de 09h45 às 11h30 e de 13h às 16h30. Endereço: Rua Marechal Albuq. Lima N. 450 - Realengo Realengo - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2014 às 09h45 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/05/2014 às 10h01 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Dúvidas através do telefone (21) 3337-2442 / ramal: 2026 ou pelo e-mail: pregaoeletronicoe-sie@gmail.com

CHARLES DOMINGUES DA SILVA Ordenador de Despesas

(SIDE - 16/04/2014) 160317-00001-2014NE800008

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 42/2012

Resultado de licitação. Pregão 42/2012. Empresavencedora: 04.187.384/0001-54 - LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA valor: R\$ 577.200,00 - MARCUS VALERIU; TEIXEIRA XAVIER-ORDENADOR DE DESPESAS DO HCE.

MARCUS VALERIU TEIXEIRA XAVIER Ordenador de Despesas

(SIDE - 16/04/2014) 160322-00001-2014NE800134

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 1

EMISSAO : 05Mai14 NUMERO: 2014NE800077 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 710300/52233 - AMAZONIA AZUL TECNOL. DE DEFESA S.A - AMAZUL
CNPJ : 18910028/0001-21 FONE:
ENDERECO : AV. NOVE DE JULHO, N°4597-JARDIM PAULISTA-SÃO PAULO-SP
MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO UF: SP CEP: 01407-100

CREDOR : 07022386/0001-81 - PARTNERSHIP AUDITORES INDEPENDENTES S/S
ENDERECO : DESEMBARGADOR ELISEU GU 101 ANDAR 13 PARAISO
MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO UF: SP CEP: 04004-030

TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE
PRESTACAO DE SERVICOS DE AUDITORIA DAS DEMONSTRACOES CONTABEIS DE 2013. PROC
ORIGEM: 2014IN00005

CLASS : 1 52233 051522058211D0001 058812 0100000000 339035 000000 U286MNA01AC
TIPO : ORDINARIO MODALIDADE DE LICITACAO: INEXIGIVEL
AMPARO: LEI 8666 INCISO: CP PROCESSO: 61985000069201403
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: SP /
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA DA DISPENSA: ART25/CP LEI 8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR EMPENHO : 46.560,00
QUARENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E SESSENTA REAIS\*\*\*\*\*
\*\*\*\*\*
\*\*\*\*\*
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339035 SUBITEM: 02 -AUDITORIA EXTERNA
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 46.560,00
VALOR DO SEQ. : 46.560,00

AUDITORIA EM AREA CONTABIL
00000680
prestação de serviço de auditoria das demonstrações contábeis de 2013.

T O T A L : 46.560,00

-----
AGOSTINHO SANTOS DO COUTO
ORDENADOR

-----
JOAO EVANGELISTA C. NETO
GESTOR FINANCEIRO